

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal¹

Overload and support network: the motherhood experience after marital separation

Sobrecarga y red de apoyo: la experiencia de la maternidad después de la separación conyugal

Valéria Brandão Pereira²

Heliane de Almeida Lins Leitão³

Resumo

Considerando a experiência da maternidade como um processo psicossocial, este estudo buscou analisar a experiência de mulheres separadas que viviam com seus filhos. Baseou-se em estudos interdisciplinares sobre família, assim como no conceito de provisão ambiental desenvolvido por Winnicott. Seis mães, com filhos com idades entre 1 e 13 anos participaram do estudo. A pesquisa tem caráter qualitativo e focou no relato das mães por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, as quais foram submetidas à análise de conteúdo. Constatou-se que o principal impacto da separação na vida das mães é a sobrecarga de atribuições. Como contraponto, observou-se que a rede relacional composta por familiares, amigos e vizinhos representa um importante apoio às mães, auxiliando-as no exercício da função parental. O estudo sugere a ampliação da provisão ambiental de suporte a essas famílias por intermédio do fortalecimento de políticas públicas e programas de assistência.

Palavras-chave: Mães separadas. Maternidade. Processos psicossociais.

Abstract

Considering the experience of motherhood as a psychosocial process, this study sought to analyze the experience of separated women living with their children. It was based on interdisciplinary studies on family, as well as on the concept of the environmental provision developed by Winnicott. Six mothers

¹ O presente trabalho constitui um recorte da dissertação de mestrado de Valéria Brandão Pereira, sob orientação de Heliane de Almeida Lins Leitão, defendida no ano de 2018.

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Pernambuco – UPE (2012). Especialista em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial pela UPE (2014-2015). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – Ufal (2016-2018).

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE (1982). Especialista em Teorias da Psicologia Clínica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1985). Doutora em Psicologia pela University of Kent – Inglaterra (1995). Pós-doutora em Psicologia pela University of Kent – Inglaterra (2014).

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

with children between 1 and 13 years old participated in the study. The research has qualitative character and focused on the mothers' reports through semi-structured interviews, where they were submitted to content analysis. It was found that the main impact of separation on the life of mothers is the overload of assignments. In contrast, it was observed that the relational network composed of relatives, friends, and neighbors represents an important support to the mothers, assisting them in the exercise of the parental function. The study suggests expanding the environmental provision to support these families through the fortification of public policies and assistance programs.

Keywords: Separated mothers. Motherhood. Psychosocial processes.

Resumen

Considerando la experiencia de la maternidad como un proceso psicosocial, este estudio buscó analizar la experiencia de mujeres separadas que vivían con sus hijos. Se basó en estudios interdisciplinarios sobre la familia, así como en el concepto de provisión ambiental desarrollado por Winnicott. Seis madres con hijos entre 1 y 13 años de edad participaron en el estudio. La investigación tiene carácter cualitativo y se centró en el relato de las madres a través de la realización de entrevistas semiestructuradas, las cuales fueron sometidas al análisis de contenido. Se constató que el principal impacto de la separación en la vida de las madres es la sobrecarga de atribuciones. Como contrapunto, se observó que la red relacional compuesta por familiares, amigos y vecinos representa un importante apoyo a las madres, auxiliándolas en el ejercicio de la función parental. El estudio sugiere la ampliación de la provisión ambiental de apoyo a esas familias a través del fortalecimiento de políticas públicas y programas de asistencia.

Palabras-clave: Madres separadas. Maternidad. Procesos psicosociales.

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

Introdução

Juridicamente, o divórcio, ou separação conjugal oficializa a dissolução do casamento, conferindo às partes o direito de vincular-se novamente a uma nova união civil. No Brasil, foi regulamentado a partir do ano de 1977 pela Lei nº 6.515, tornando possível a descontinuidade da sociedade conjugal (Brito & Peçanha, 2006).

A legalização da separação conjugal constituiu, seguramente, um marco para as relações afetivas, pois possibilitou a ruptura de antigas concepções que evocavam a indestrutibilidade do matrimônio. A prática do divórcio gerou implicações importantes, não só para a dinâmica dos vínculos conjugais como também para a própria família, que começou a apresentar-se de modo diverso do tradicional, conforme o aparecimento crescente de novos arranjos familiares e a necessidade de reformulação de antigos modelos parentais (Cano, Gabarra, More & Crepaldi, 2009).

De modo geral, pode-se dizer que a ruptura do núcleo conjugal agencia transformações significativas para a família. Para muitos autores, trata-se de um fenômeno complexo, implicando na emergência de um conjunto de mudanças, que incluem alterações de ordem estrutural, subjetiva, econômica e social para todos os envolvidos (Cano *et al.*, 2009; Féres-Carneiro, 2003; Gzybowski & Wagner, 2010). Especificamente, as repercussões familiares que a separação promove incluem: a saída de um ou de ambos os cônjuges do ambiente doméstico, reformulação de hábitos e rotinas, mudanças no padrão financeiro, novos relacionamentos dos pais, divisão das responsabilidades parentais, entre outras mudanças.

Para Cano *et al.* (2009), a separação é um processo que ocorre no ciclo de vida da família, marcando um ponto de transição

entre um estágio e outro no seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, não seria apropriado afirmar que a família se desintegra depois do desenlace conjugal, mas que tende a passar por um efetivo processo de reformulação, mantendo-se, afinal, como instituição fundamental.

Ainda de acordo com os autores citados, o impacto da separação tende a ser maior ou menor, a depender dos fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos que caracterizam a realidade da família. Além disso, a rede de suporte que se estabelece – ou não – também será determinante para o modo como a família é afetada pela quebra do núcleo conjugal.

O momento do ciclo de vida familiar em que ocorre a separação, segundo Cano *et al.* (2009), também será relevante para o modo como a família é afetada pela dissolução do casal. Nesse contexto, cônjuges recém-casados, casal com filhos pequenos, com filhos adolescentes ou adultos, ou casais que se encontram numa fase mais madura do seu ciclo de desenvolvimento, apresentariam diferenças significativas quanto aos impactos da separação, as quais merecem ser estudadas conforme suas especificidades. Como exemplo, no caso de casais recém-casados, estes tenderiam a sofrer menos com os impactos da separação, se comparado aos demais, uma vez que a união envolve menos tempo de convivência e os cônjuges ainda não têm laços familiares bem desenvolvidos. No caso de casais que têm filhos pequenos, por sua vez, a separação tenderia a impactar com mais ênfase a dinâmica familiar, pois implicaria em maiores dificuldades quanto ao modo de lidar com os filhos depois da separação.

Na visão de Grzybowski e Wagner (2010), a separação do casal que tem filhos marca o início de uma nova parentalidade, pois os genitores vivenciam um aumento da

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

complexidade no desempenho de suas tarefas desenvolvimentais. Nesse percurso, o principal desafio que se coloca aos pais é a distinção entre as dimensões conjugal e parental, sendo esta uma tarefa fundamental para a garantia da continuidade da responsabilização mútua pela criação dos filhos. Para Soares (2009), inclusive, essa é uma tarefa marcada pela contradição e/ou paradoxo, em que o desejo de afastar-se do outro é impossibilitado pela permanência do laço parental, bem como pelas necessidades desenvolvimentais dos filhos.

Para Lamela, Figueiredo e Bastos (2010), a dissolução conjugal implica no desafio de cada um dos cônjuges conciliar suas próprias necessidades emocionais decorrentes do processo de separação e de adaptação ao divórcio com as necessidades desenvolvimentais dos filhos. Segundo os autores, o fato de permanecer ligados pelos laços parentais exige a necessidade de construção de relacionamentos mais harmoniosos, com baixos níveis de conflito, para que a coparentalidade possa ser exercida de modo regular, apesar da ruptura do vínculo conjugal.

No campo relacional, Villas-Boas e Bolsoni-Silva (2009) afirmam que a separação implica em mudanças na relação entre os cônjuges e na relação destes com os filhos. Sobre isso, os autores afirmam que existe uma associação direta entre a qualidade do relacionamento mantido entre os pais e o bem-estar das crianças. Para além disso, na visão dos autores, o modo como o ex-casal se relaciona gera implicações diretas sobre a relação entre pais e filhos depois da separação. Nesse contexto, relacionamentos caracterizados por cooperação, diálogo e suporte mútuo tenderiam a facilitar não só o compartilhamento das funções parentais como também o desenvolvimento de relações mais saudáveis entre pais e filhos.

Ao contrário, relações marcadas pela animosidade, por exemplo, dificultariam o relacionamento dos filhos com o genitor que não tem a guarda, bem como sobrecarregaria o genitor guardião, dada a dificuldade dos genitores em compartilharem as tarefas referentes à criação dos filhos.

Para Brito e Peçanha (2006), por sua vez, não existe um roteiro quanto ao modo como pais e mães devem se comportar no exercício dos seus papéis depois da separação. Contudo, nesse contexto, deve prevalecer a compreensão de que a dissolução do elo conjugal não representa uma ruptura dos vínculos parentais, de modo que os genitores deverão continuar a exercer suas funções no que se refere à criação dos filhos.

Sobre a responsabilidade parental, a separação do casal comumente implica numa subdivisão da guarda dos filhos. No Brasil, existem dois tipos de guarda mais comuns: a unilateral e a compartilhada. No primeiro caso, os filhos ficam sob os cuidados do genitor guardião, o qual se responsabiliza pela maior parte das tarefas referentes à criação e aos cuidados dos filhos. Nesses casos, os filhos residem com o genitor guardião, devendo receber visitas regulares daquele genitor que não tem a guarda. Na guarda compartilhada, por sua vez, ambos os genitores ocupam o lugar de guardiões, bem como assumem conjuntamente todas as responsabilidades no que diz respeito à criação dos filhos. Essa é uma modalidade de guarda em ascensão na atualidade, tendo em vista o incentivo à convivência dos filhos com ambos os genitores (Schneebeil & Menandro, 2014; Soares, 2009).

Na prática, porém, o que se vê é uma predominância pela implementação da guarda unilateral, mais comumente direcionada à figura da mãe. Essa é uma realidade que aponta para a necessidade de

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

se estudar mais a fundo a experiência materna no contexto da família pós-divórcio, quando a mãe passa a morar somente com os filhos, no intuito de compreender as suas especificidades. O presente estudo buscou conhecer e compreender a experiência da maternidade depois da separação a partir da escuta de mães separadas que vivem com suas crianças. Considerando-se que a experiência da mãe depende das suas condições ambientais, busca-se apoio no pensamento de Winnicott para uma perspectiva psicossocial da maternidade.

A mãe e o suporte do ambiente: um olhar a partir da perspectiva de Winnicott

Winnicott foi um pediatra, psiquiatra infantil e psicanalista inglês que se dedicou ao estudo do processo de maturação do ser humano. Entre suas várias contribuições, ele desenvolveu o conceito de ambiente, que se constitui como uma noção fundamental em sua teoria. Partindo da sua experiência clínica com crianças, ele buscou evidenciar a relação de interdependência entre o indivíduo e o ambiente desde a fase mais primitiva do desenvolvimento. Ele se utiliza do protótipo da relação mãe-bebê para demonstrar que não há como se referir ao indivíduo sem considerar o seu ambiente, uma vez que este é constituinte da própria subjetividade. Sua concepção se alia a uma perspectiva relacional do desenvolvimento, tomando como fundamento básico a ideia de que o ser humano se constitui a partir dos relacionamentos interpessoais, os quais se dão no ambiente desde a fase mais primitiva da vida (Winnicott, 1963/1983; Leitão, 2017).

Nessa perspectiva, a ligação que se estabelece entre o indivíduo e o ambiente, desde o momento da concepção, é mais do que somente uma relação de contato entre o sujeito e a realidade externa do mundo, mas

supõe uma mutualidade, na qual o indivíduo é ativo no ambiente, que, por sua vez, participa da sua constituição subjetiva. Sendo assim, é a condição de dependência absoluta ao nascer que cria a demanda inicial em relação ao ambiente, sendo a interdependência uma premissa que se mantém durante a vida. Dessa forma, nessa perspectiva, o ambiente funciona como um suporte a partir do qual o indivíduo se constitui, ao tempo em que sustenta a sua continuidade de ser ao longo do desenvolvimento (Araújo, 2007).

Segundo Araújo (2007), ao se utilizar do termo ambiente, Winnicott enfatizou o conjunto de condições físicas e psicológicas disponíveis para o indivíduo em seu processo de construção de si mesmo. Tal concepção se alia à ideia de que o indivíduo demanda do ambiente a satisfação de inúmeras necessidades desde a mais tenra idade, no intuito de poder se constituir como um sujeito saudável e criativo. Assim sendo, o ambiente facilitador do desenvolvimento deve ser capaz de reconhecer e atender às necessidades do indivíduo.

No início da vida, esse ambiente é representado pelos cuidados maternos oferecidos pela mãe ou seu substituto. A partir do atendimento das necessidades básicas do bebê, tanto físicas como psicológicas, dá-se início ao seu processo de amadurecimento pessoal, estabelecendo-se as bases para a sua inserção gradual em outros ambientes, os quais remetem ao ambiente social mais amplo (Winnicott, 1963/1983).

Tomando como base esse conceito, é possível supor que a mulher também necessita de sustentação por parte de seu ambiente para que tenha condições de se constituir como mãe e exercer o seu papel materno. Esse ambiente, por sua vez, pode ser representado pela figura do pai, da família e dos demais indivíduos, grupos e

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

instituições sociais. São estes que proporcionarão a segurança e o acolhimento necessários para que a mãe possa exercer a sua função de um modo denominado por Winnicott como “suficientemente bom”. Essa sustentação ambiental à mulher para o exercício da maternidade é importante não apenas na fase mais primitiva da vida do bebê, mas, também, ao longo do desenvolvimento infantil (Araújo, 2007).

Acerca da necessidade de suporte ambiental à mãe, Safrá (2002, p. 23) salienta que

A mãe suficientemente boa também não existe sem os outros. Ela não existe sem um campo sociocultural que lhe dê possibilidades de exercer suas funções. A boa maternagem, assim como suas falhas, têm origem na mãe, no pai, nos ancestrais, na situação social em que a mãe se encontra, nas características da sua cultura e de sua época. (Grifos do autor)

Assim, o ambiente exerce um papel fundamental na constituição subjetiva da maternidade e na experiência materna. O ambiente oferece, ou falha em prover, as condições físicas, materiais, familiares, sociais, históricas e culturais que sustentam a mulher no exercício da função parental. Essa concepção se torna especialmente importante nos casos em que a mãe se encontra sozinha na companhia de filhos que dependem dos cuidados dela. Esse é o caso das mulheres/mães separadas, divorciadas, solteiras ou viúvas que apresentam um formato específico de família, as quais parece depender mais claramente do suporte do ambiente.

Metodologia

A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas –(Ufal),

Parecer nº 1.568.571, depois foram selecionadas seis mulheres residentes em Maceió, AL. Os critérios de inclusão das participantes foram: mães com idade acima de 18 anos, que tivessem pelo menos uma criança, cuja separação conjugal do pai da(s) criança(s) tivesse ocorrido num período de até 5 anos, que não estivesse recasada e que tivessem passado a residir com os filhos depois da separação, independentemente de essa condição ter sido fruto de uma determinação judicial ou não.

As participantes da pesquisa foram selecionadas conforme o método de amostragem intencional, proposital ou deliberada, no qual

O autor do projeto delibera quem são os sujeitos que comporão seu estudo, segundo seus pressupostos de trabalho, ficando livre para escolher entre aqueles cujas características pessoais (dados de identificação biopsicossocial) possam, na sua visão enquanto pesquisador, trazer informações substanciais sobre o assunto em pauta. (Turato, 2011, p. 357)

Desse modo, o procedimento adotado para a seleção das participantes foi o da indicação de mulheres que atendiam aos critérios de inclusão, feita por pessoas próximas à primeira autora do estudo. Essas pessoas funcionaram como um elo por meio do qual foi feito o convite inicial para participação. Depois da sinalização inicial de aceitação, a pesquisadora estabelecia o primeiro contato com a participante em potencial, fazendo o convite formal e esclarecendo os objetivos e procedimentos da pesquisa. Foi obtido consentimento livre e esclarecido das participantes com a assinatura de TCLE, tendo sido observados todos os aspectos da ética em pesquisa com seres humanos.

As participantes tinham idades entre 25 e 37 anos. Três delas tinham curso

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

superior completo, uma estava cursando o ensino superior e duas tinham o ensino médio completo. Quanto à ocupação, duas eram funcionárias públicas, uma era técnica de enfermagem, uma era psicóloga e duas eram donas de casa. Desse total, três participantes tinham vínculo empregatício regular, advindo daí suas principais fontes de renda familiar. Uma delas fazia “bicos” para auxiliar na renda doméstica e duas não trabalhavam à época da entrevista. Essas três últimas, por sua vez, recebiam auxílio financeiro de suas famílias, tendo em vista o fato de não terem uma fonte de renda regular. Das três participantes que tinham vínculo empregatício regular, duas declararam renda acima de quatro salários mínimos e uma renda de até dois salários mínimos. Somente uma participante declarou renda de até um salário mínimo, sendo esse rendimento fruto de trabalho informal. Quanto ao estado civil, todas estavam separadas, independentemente de se tratar de separações oficializadas ou não. O tempo de separação variou entre sete meses e quatro anos e oito meses. Em relação à quantidade de filhos, duas participantes tinham dois filhos e as demais apenas um filho. A idade das crianças variou de 1 ano e 5 meses a 13 anos de idade.

Para a coleta das narrativas, procedeu-se à realização de entrevistas individuais semiestruturadas (Flick, 2004). As entrevistas duraram em média 40 minutos, sendo abordadas temáticas como: o processo de separação do casal, a guarda dos filhos e as transformações vivenciadas pelas mães depois da dissolução conjugal. Nesse momento, também foi feito um levantamento sociodemográfico de questões relacionadas à idade, escolaridade, trabalho, renda e estado civil.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2009). Para a construção

das categorias, foram considerados os aspectos mais frequentes e significativos das falas das participantes. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios para garantir o anonimato das famílias.

Resultados e discussão

A análise das falas das participantes aponta dois temas principais e inter-relacionados. Por um lado, as mães relatam a sobrecarga de atribuições e responsabilidades em relação ao exercício da maternidade após a separação, por outro lado, revelam a centralidade do apoio recebido pela rede relacional encontrada em seu ambiente, atenuando os impactos das dificuldades encontradas.

Sobrecarga e aumento das responsabilidades depois da separação

Um dos achados mais significativos da fala das participantes foi em relação ao aumento de atribuições e responsabilidades que a maioria delas afirmou sentir depois da dissolução do casamento, principalmente por ocuparem o lugar de guardiãs (Brito, 2008; Grzybowski & Wagner, 2010). Inicialmente, isso poderia estar diretamente relacionado à saída do ex-cônjuge do ambiente doméstico, gerando como consequência a necessidade de a mulher realizar sozinha as atividades que antes podia dividir com o parceiro (Gorin, 2015; Isotton & Falcke, 2014). Posteriormente, tal acúmulo de tarefas poderia estar associado à própria divisão tradicional da guarda da prole depois da separação, uma vez que as mães, frequentemente, acabam por assumir uma responsabilidade maior no que diz respeito à dimensão parental (Grzybowski & Wagner, 2007).

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

Nesse sentido, há de se mencionar a influência da carga cultural relacionada a estereótipos de gênero na reorganização da família depois da separação do casal, interferindo, principalmente, no modo como é realizada a subdivisão da guarda dos filhos. Segundo Brito, Cardoso e Oliveira (2010, p. 816), trata-se de uma distribuição pautada numa “visão naturalizada de comportamentos vistos como masculinos e femininos”, em que se supõe que à mulher cabe uma maior responsabilidade no que diz respeito aos cuidados com os filhos, e ao homem o lugar de provedor. Ainda de acordo com os autores, essa realidade implica em dificuldades inerentes ao exercício das funções parentais depois do divórcio. No caso dos pais, o que se vê é uma tendência ao afastamento do núcleo familiar e, no caso das mães, uma tendência a uma maior aproximação, associada ao acúmulo de atribuições, potencializado pelo fato de estar mais diariamente no convívio com as crianças.

Na presente pesquisa, um retrato da sobrecarga foi exemplificado pelas falas de Laura, Júlia e Lorena, transcritas a seguir, as quais evidenciaram a sensação de acréscimo da responsabilidade parental depois do episódio da separação conjugal. “Em relação à maternidade, eu acho que as responsabilidades aumentou” (Júlia); “Não é fácil não, é uma responsabilidade triplicada” (Laura); “A responsabilidade é redobrada... até porque eu faço o papel de pai e de mãe” (Lorena).

Júlia e Laura relatam acerca do impacto da separação na reestruturação de suas rotinas, revelando o cansaço e a solidão diante da necessidade de conciliar diferentes tarefas:

– Eu fiquei cansada nessa época, porque ele ficou só comigo, tudo era comigo, sobrecarregada, porque tinha o estágio, são

todos os dias, no horário da manhã e da tarde... eu tinha a minha escala, era uma a cada três dias... e quando eu chego em casa ele não deixa nem eu dormir, entendeu?! (Júlia)

– Foi uma dificuldade muito grande porque aí eu tinha faculdade pra fazer, tinha Luana, que eu tinha que deixar Luana... aí eu precisei, de repente, sozinha, aprender a me virar... querendo ou não, eu morava com alguém, eu tinha o Diego ali, eu tinha um suporte... mesmo que fosse pra qualquer coisa: – Diego, oh isso! Você tinha com quem dividir e de repente não, eu tava sozinha, era eu e Luana e ponto. E eu tinha que dar conta daquilo, tinha que dar conta dela, dar conta da casa, da faculdade... e eu estava sozinha. (Laura)

Essas falas remetem à vivência de um período inicial em que as mães ainda estavam se adaptando à nova rotina promovida pela separação. Nesse percurso, elas apontam o impacto gerado pela ausência do pai no funcionamento da família, que trouxe como consequência a necessidade de tomarem a frente da administração das mais diferentes tarefas, destacando-se o trabalho, os estudos, a manutenção da casa e a criação dos filhos.

No sentido financeiro, tal como visto na pesquisa de Brito (2008), as falas de Joyce, Lorena e Júlia referem-se à insuficiência do valor da pensão, sugerindo que também, nesse aspecto, sentiam-se sobrecarregadas.

– Quem arca com todas as despesas sou eu... porque a pensão é pouca... aí por isso que eu tava num outro emprego também, porque no outro emprego eu pagava faculdade, transporte, né..., e o outro era alimentação e as coisas mesmo pra gente... aí eu fiquei muito presa. (Joyce)

– É muito complicado, até porque... até na questão financeira mesmo que eu tenho que fazer o papel dos dois, porque o que ele dá não é suficiente pras crianças sobreviverem... é muito difícil. (Lorena)

– Eu tô fazendo das tripas coração pra sustentar ele de tudo. (Júlia)

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

Tais falas remetem ao fato de que pessoas divorciadas tendem a passar por maiores dificuldades financeiras, se comparadas com as pessoas que nunca estabeleceram união estável. Isso ocorre porque a separação conjugal, além de representar a perda do vínculo afetivo, também incide sobre a diminuição da renda familiar. No novo contexto, os gastos não podem mais ser compartilhados, de modo que cada um deverá se reorganizar em um novo padrão financeiro. Segundo Grzybowski e Wagner (2007), Rosado, Teixeira, Loreto e Andrade (2011) e Isotton e Falke (2014), essa realidade é menos favorável às mulheres, uma vez que, além de terem salários mais baixos se comparado aos dos homens, elas também se constituem como as principais detentoras da guarda dos filhos depois da separação. Essa realidade, portanto, parece contribuir para a emergência de uma maior limitação financeira no caso das mulheres.

Nas falas sobre as dificuldades financeiras vivenciadas depois da separação, Priscila, Lorena e Fátima revelam frustração e tristeza:

– Financeiramente muda né... ela vestia melhor... ela calçava melhor... ela sempre tinha sobrando e hoje em dia não tem... eu só compro um sapatinho novo quando aquele tá estragadinho. (Priscila)

– Eu me sinto muito triste, eu fico triste, tem momento que eu choro, porque não é fácil... eu olhar pro lado e ver que os meus filhos precisam das coisas e não poder dar, como o meu filho estudava numa escola particular e hoje em dia o meu filho tá no estado. (Lorena)

– Passou cinco meses e eu querendo comprar uma bolsa, mas sem ter condições, ou eu comprava a bolsa ou eles não comiam dentro de casa... aí qualquer trocadinho que eu pegava, eu ia juntando. (Fátima)

Os depoimentos de Lorena e Fátima são mais dramáticos e sugerem que o

impacto financeiro da separação foi maior nos casos delas, em comparação com as outras mulheres participantes. O fato de não trabalharem e não terem uma fonte de renda pessoal fixa levou Lorena e Fátima a depender quase que exclusivamente de suas famílias de origem para sobreviver e sustentar os filhos.

- A minha salvação até hoje é a minha família... que é quem me ajuda bastante, principalmente minha mãe e minha avó. (Lorena)

- Minha mãe me deu um cartão de crédito, aí fez: – Olhe, o que você precisar, você compra pra os meninos... o resto, roupa, alimentação tem tudo aqui, mas se não fosse Deus e minha mãe, eu não sabia nem pra onde correr. (Fátima)

No caso de Lorena, para além da ajuda da família, a inserção no mercado informal se mostrou como uma via por meio da qual ela pôde ter acesso a uma renda extra, auxiliando na manutenção dos filhos.

Observou-se que, quando as participantes tinham maior nível de escolaridade, trabalhavam e tinham salários mais altos, o impacto financeiro provocado pela separação tendeu a ser menor, uma vez que tinham melhores condições para se restabelecer depois da quebra do núcleo conjugal. Como representação disso, Priscila afirma:

– Financeiramente que a gente passa a ter apertos, então a gente passa a viver com limitações, né... mas no meu caso é diferente do caso de muitas mães, porque eu, quando eu engravidei da Eva, eu já era uma pessoa madura, né... eu já tinha 30 anos, eu já tinha um apartamento, eu já tinha um carro, eu já tinha um emprego, eu era concursada, tinha feito faculdade, pós-graduação... eu já tinha tudo... tinha uma vida toda estruturada. (Priscila)

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

Situação parecida pôde ser observada nos casos de Júlia e Joyce, pois o fato de trabalharem e terem uma fonte de renda pessoal regular fazia com que não dependessem exclusivamente da pensão ou da ajuda da família para sobreviverem. Nessas circunstâncias, elas transpareceram maior autonomia no que diz respeito à questão financeira.

Outro dado observado foi que as mães queixaram-se da falta de suporte do pai, o que pareceu repercutir diretamente na vivência de uma maternidade perpassada pelo desamparo. Isso é o que pôde ser observado nas falas de Joyce, Priscila, Júlia, Fátima e Lorena.

- Não tive nenhuma assistência de ninguém, nem dele mesmo, do pai, né? (Joyce)
- Ele nunca foi muito presente. (Priscila)
- O pai dele não tá dando um real. (Júlia)
- Ele nunca assumiu. Ele nunca assumiu nada não, nunca! (Fátima)
- Ele é uma pessoa que pensa muito nele, entendeu?!... não importa que os meus filhos precisem de uma roupa, eu tenho que contar com a ajuda do meu irmão. (Lorena)

Para Isotton e Falke (2014), a falta de um genitor para dividir as tarefas domésticas, tais como a manutenção do lar e a criação dos filhos, tende a sobrecarregar aquele genitor que fica com a guarda dos filhos. Nesse contexto, é possível afirmar que a ausência do pai impacta negativamente o exercício da maternidade, uma vez que a mãe tende a assumir um encargo maior quanto à administração da casa e o cuidado dos filhos.

Entretanto, destaca-se que a ausência paterna observada teve como principal pano de fundo questões relacionadas às dificuldades no relacionamento entre os genitores, fruto de mágoas e questões mal resolvidas entre o ex-casal. Nesse sentido, foi unânime nas falas das mães a

caracterização de relações marcadas pelo distanciamento, animosidade e abandono, fatores que parecem repercutir num exercício mais solitário do papel materno.

Como um contraponto à sobrecarga, a maioria das mães destacou a importância do auxílio recebido pela rede social de apoio, tema que será discutido a seguir.

Rede de apoio: a sustentação do ambiente

Partindo das concepções de Winnicott, o ambiente psicossocial da mãe tem como função principal oferecer-lhe as condições necessárias para o exercício do seu papel parental. Esse apoio se torna ainda mais relevante quando, por algum motivo, a mãe se encontra sozinha. Para Winnicott, além da criança, a mãe precisa ser amparada pelo ambiente, uma vez que ela também se constitui como um ser que demanda cuidado e auxílio. O suprimento desse suporte por parte do meio externo, por sua vez, poderia ser traduzido como a sustentação ambiental, a qual facilita o exercício do papel materno (Araújo, 2007).

Segundo Araújo (2007), Winnicott chamou de “capa protetora” o suporte que se interpõe em volta da mãe, principalmente no período que compreende a fase mais inicial da vida do bebê. Essa “capa” compreende determinadas redes de sustentação, que garantem certo nível de segurança para que a mãe exerça o seu papel. Em princípio, essa rede seria organizada pela figura do pai, seguida pelo suporte ofertado pela família e, posteriormente, pela própria sociedade como um todo, representada pelos mais diversos grupos e instituições sociais. A existência dessa “capa” seria condição essencial para o estabelecimento de uma maternagem “suficientemente boa”, ou seja, aquela em que a mãe apresenta as condições ideais para a provisão das necessidades da criança.

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

Tomando-se de tais pressupostos para pensar a condição da mulher/mãe separada, é possível conjecturar acerca da separação conjugal como uma possível ruptura dessa capa protetora, podendo gerar uma perda total ou parcial do suporte paterno. Além disso, mesmo após o período mais primitivo da vida do bebê, o qual demanda cuidados especiais, a mãe de filhos pequenos continua a precisar do suporte ambiental, tendo em vista a dependência da criança, que exige a continuidade do exercício de cuidados maternos.

No contexto das entrevistas realizadas, foi unânime a existência de uma rede de apoio que funcionou como suporte essencial para cada uma dessas mães, cujos filhos ainda eram crianças. Nesse sentido, ainda que tenha sido observada uma diversidade de histórias e contextos de vida, todas as mães apontaram para algum tipo de sustentação advinda do ambiente, facilitando a manutenção da vida como um todo, incluindo a criação dos filhos. Na maioria dos casos, essa rede se referiu ao suporte ofertado pela família de origem da mãe, destacando-se o apoio recebido pela própria mãe.

Para Isotton e Falke (2014), é comum que os genitores chefes das famílias pós-divórcio busquem a convivência e o apoio da família de origem, ou mesmo a ampliada, procurando por auxílio nas atividades domésticas, alimentação, saúde e na dimensão financeira. No presente estudo, viu-se que a necessidade de suporte surgiu logo depois da separação, quando as mães retornavam à casa dos seus pais, buscando acolhimento, seja no sentido físico, financeiro, seja emocional, tal como revelado nas falas de Júlia, Joyce e Laura a seguir. “Fui pra casa da minha mãe, eu fiquei lá até dois meses atrás” (Júlia); “Fiquei com meu filho aqui na casa da minha mãe” (Joyce);

“Eu liguei pra os meus pais, aí eu disse: – Oh mainha, vem me buscar aqui?!” (Laura).

Posteriormente, nos casos de Joyce e Júlia, o suporte da família tornou-se imprescindível diante da necessidade de essas mães de conciliar diferentes tarefas, entre as quais se destacou o trabalho e os estudos. “Minha mãe... ela fica com ele, pra eu ir trabalhar, pra eu ir pra faculdade” (Joyce); “Geralmente, quando eu tô de serviço, eu deixo ele à noite na casa da minha mãe” (Júlia).

Para Lorena e Fátima, o suporte da família voltou-se tanto para o auxílio no cuidado com as crianças como no sentido financeiro. O fato de não trabalharem, levou-as a buscarem auxílio na família de origem, sendo essa a sua principal fonte de ajuda financeira.

– A minha salvação até hoje é a minha família... que é quem me ajuda bastante, principalmente minha mãe e minha avó. (Lorena)

– Minha mãe me deu um cartão de crédito, aí fez: – Olhe, o que você precisar você compra pra os meninos, o resto: roupa, alimentação, tem tudo aqui!... mas se não fosse Deus e minha mãe, eu não sabia nem pra onde correr. (Fátima)

As falas revelaram que, quanto mais o pai era ausente ou não contribuía suficientemente para o sustento e a manutenção dos cuidados com as crianças, mais a família de origem se tornava importante para essas mães. Isso se tornou mais evidente no aspecto financeiro, quando a família de origem passou a representar a principal fonte de sustento para as mães que não recebiam pensão e/ou não trabalhavam, chegando a se constituir, em alguns casos, uma relação de dependência. É o que mostra as falas de Fátima e Lorena a seguir.

– Não falta nada pra mim e pra eles, o que minha mãe pode fazer por mim e por eles,

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

minha mãe compra de um tudo... quem sempre assumiu foi ela... ele nunca. O meu pequeno só tem roupa porque foi a minha mãe que comprou. (Fátima)

– Eu tenho que contar com a ajuda do meu irmão... o meu irmão que compra... o meu filho precisa de um tênis, tem que pedir à família... tudo que o meu filho precisa. (Lorena)

No caso de Priscila, a rede de apoio se estendeu para o grupo de amigas, as quais, segundo ela, fornecem um suporte importante no que se refere ao apoio emocional e auxílio nas atividades do dia a dia, logo depois dos seus pais.

– As mães dos coleguinhas da sala me ajudam muito mais do que a família dele e ele, e até a minha família mesmo, porque, assim, o meu pai e a minha mãe eles são de idade... então é uma grande fonte de ajuda... demais... demais... a maior fonte de ajuda, depois do meu pai e da minha mãe, são elas. [...] elas me ajudam muito, né... as crianças estudam juntas há 4 anos... então a gente tem um grupo das mães e a gente... assim... nós nos tornamos amigas e a gente se ajuda demais, né. (Priscila)

Também no caso de Fátima, observou-se a extensão da rede de apoio, incluindo os vizinhos e amigos. “Os meus amigos realmente que nunca, nunca me abandonaram... e até os meus amigos como irmãos, há mais de 25 anos, eu tenho 28, há mais de 25 anos de amizade, e nunca mudaram” (Fátima).

Como se pôde observar nos relatos anteriores, a rede de apoio se destaca, principalmente, por proporcionar auxílio a essas mães, seja no âmbito da administração das rotinas, no sentido financeiro, seja na dimensão de suporte emocional. Todas essas necessidades mostraram-se emergentes na experiência dessas mães, tendo a rede de apoio se destacado como uma via importante

de sustentação advinda do seu ambiente social imediato.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou contribuir com a compreensão da experiência de mães separadas que passaram a residir com os filhos depois da separação. Nesse contexto, foi visto que a constituição subjetiva da maternidade depois da separação exigiu uma reorganização de cada uma das mães entrevistadas, perpassada por transformações de ordem emocional, familiar, financeira e social.

A principal mudança enfatizada pelas mães referiu-se ao sentimento de sobrecarga relacionada ao aumento de atribuições e responsabilidades que passaram a assumir depois da separação. Essa realidade decorre do fato de estarem sozinhas para dar conta da criação dos filhos, manutenção da casa, trabalho e estudos, agravado pela omissão do pai e diminuição da renda familiar. Os relatos revelam o sofrimento emocional das mães, expressos como solidão, tristeza, insegurança e desamparo, resultantes dessa situação.

Como contraponto às dificuldades relatadas, as mães falaram sobre importantes fontes de sustentação ambiental advindas do contexto relacional e social imediato no qual estavam inseridas, as quais amenizaram os efeitos do sofrimento relacionado à sobrecarga física e emocional. Especificamente, foi visto que a busca pela família de origem, depois da separação, representou uma possibilidade de encontrar apoio e sustentação nesse momento peculiar de suas vidas. O acolhimento emocional, a ajuda financeira e o suporte na conciliação de diferentes tarefas foram os principais âmbitos em que a família de origem atuou como fonte de auxílio a essas mães. Em

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

alguns casos, essa rede de apoio se estendeu para o círculo de amigos e vizinhos, os quais também contribuíam com o compartilhamento de tarefas e a sustentação emocional.

Os resultados revelaram a carência de outras fontes de sustentação advindas do ambiente psicossocial mais amplo. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de serviços de acolhimento e assistência a essas mulheres/mães, os quais forneçam apoio e orientação em relação a demandas de reorganização emocional, profissional e financeira de suas vidas depois da separação. Sendo assim, vale ressaltar a importância da orientação jurídica em relação às responsabilidades paternas, assim como da ampliação e qualificação da rede de creches e outras instituições educacionais infantis como suporte às mães que trabalham. Tais ações dependem de planejamento e políticas públicas voltadas para as necessidades das famílias compostas por mulheres e suas crianças, cada vez mais presentes na população brasileira. Essas ações apontam, portanto, para a ampliação e melhoria das possibilidades de provisão no ambiente psicossocial das mulheres e suas famílias.

No âmbito acadêmico, compreende-se a interdisciplinaridade do tema e o protagonismo das mães em estudos sobre a experiência da maternidade. Sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas sobre a separação conjugal e os seus reflexos na família, incluindo os seus impactos na experiência de pais, mães e filhos nesse contexto. Espera-se, assim, a ampliação e o aprofundamento da compreensão acerca das famílias no contexto da contemporaneidade, considerando-se que o crescente número de separações e divórcios produz importantes transformações no campo da parentalidade, repercutindo nas questões relacionadas à infância e ao desenvolvimento das crianças.

Agradecimentos

As autoras agradecem à Capes/Fapeal pela concessão de suporte financeiro para o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

- Araújo, C. A. S. (2007). *Uma abordagem teórica e clínica do ambiente a partir de Winnicott*. 193f. Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Bardin, L. (1979/2009). *Análise de conteúdo* (4a ed.). Lisboa/Portugal: Edições 70.
- Brito, L. M. T., Cardoso, A. R., & Oliveira, J. D. G. (2010). Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 810-823.
- Brito, L. T. B., & Peçanha, R. F. (2006). Separação conjugal e relações familiares: debates recentes. *Interações*, 12(22), 87-104.
- Brito, L. M. T. D. (Org.) (2008). Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio. In *Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica* (pp. 17-48). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., More, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374.
- Flick, U. (2004). Entrevistas semi-estruturadas. In *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 89-107). Porto Alegre: Bookman.

Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal

- Gorin, M. C. (2015). *A parentalidade no pós-divórcio*. 55f. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Gryzbowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2007). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298.
- Isotton, R., & Falcke, D. (2014). Quando um dos genitores detém a guarda dos filhos: que configuração familiar é essa?. *Pensando Famílias*, 18(1), 92-106.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562-574.
- Leitão, H. A. L. (2017). O *self* no espaço compartilhado: a subjetividade relacional em Winnicott. *ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 7(1), 48-58.
- Rosado, A. P. N., Teixeira, K. M. D., Loreto, M. D. S., & Andrade, V. D. A. (2011). Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. *Textos e Contextos*, 10(2), 371-387.
- Safra, G. (2002). Memória e subjetivação. *Memorandum*, 2, 21-30. Recuperado em 19 maio, 2017, de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/safra02.htm>.
- Schneebeli, F. C. F., & Menandro, M. C. S. (2014). Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 175-184.
- Soares, L. C. E. C. (2009). Mudanças na conjugalidade: repercussões na parentalidade. *Boletim Interfaces da Psicologia da UFRJ*, 2(2), 55-69.
- Turato, E. R. (2011). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: construções teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas* (5a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Winnicott, D. W. (1963/1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.
- Villas-Boas, A. C. V. B., & Bolsoni-Silva, A. T. (2009). A relação entre ex-cônjuges e entre pais e filhos após a separação conjugal. In T. G. M. Valle (Org.). *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções* (pp. 155-175). São Paulo: Cultura Acadêmica.

Recebido em: 17/10/2017

Aprovado em: 4/11/2019